

Tarifas do ferry-boat sobem e irritam usuários

HIEROS VASCONCELOS
REPORTER

Mesmo com décadas de queixas sobre barcos antigos, desconforto, lentidão e um serviço considerado precário pela maioria dos usuários, a Agerba (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia) autorizou um novo aumento nas tarifas do ferry-boat, que faz a travessia entre Salvador e a Ilha de Itaparica. O reajuste de 4,5% começa a valer hoje (19), enquanto os novos valores na rodoviária de Salvador - aumento de 4,42% - entraram em vigor no sábado (17).

A medida acentuou o descontentamento da população, que vê o custo do transporte subir enquanto a qualidade permanece estagnada — ou piora.

No ferry, a tarifa para pedestres passou de R\$ 6,60 para R\$ 6,90 nos dias úteis e de R\$ 8,80 para R\$ 9,20 aos fins de semana e feriados. Estudantes pagam agora R\$ 3,50 e R\$ 4,60, respectivamente. Para quem depende do carro, o impacto é maior: o transporte de veículos peque-

nos passou de R\$ 59,80 para R\$ 62,50 em dias úteis, e de R\$ 85 para R\$ 88,50 nos fins de semana. Já os veículos maiores pagam R\$ 79,80 e R\$ 112,80. Na rodoviária, as taxas passaram para R\$ 8,63 (interestadual), R\$ 3,57 (intermunicipal) e R\$ 1,48 (metropolitano).

Os reajustes mexem com o cotidiano de quem precisa se deslocar frequentemente, principalmente entre a ilha e Salvador. “Aumentam o preço para continuar oferecendo um serviço que não respeita ninguém. Os barcos estão velhos, mal ventilados, com cadeiras desconfortáveis e banheiros que ninguém tem coragem de usar. A gente embarca torcendo para não quebrar no meio do caminho”, critica a técnica de enfermagem Rosilene dos Santos, que mora em Itaparica e trabalha em Salvador. “Pago todo mês e não vejo retorno. O sentimento é de abandono”, diz.

As críticas não são novas. O ferry-boat, operado pela empresa Internacional Travessias Salvador (ITS), acumula queixas há anos. As embarcações, em sua maioria antigas, carecem de climatização, manutenção adequada e conforto mínimo.



REPUDIO

Ninguém gostou do reajuste do ferry , cujos serviços são bastante criticados

Embora a travessia esteja oficialmente prevista para durar cerca de uma hora, atrasos e lentidão são frequentes. Em feriados prolongados ou períodos de alta demanda, o caos se instala com mais evidência, mas para quem depende do sistema diariamente, o sofrimento é constante.

“Isso não é transporte digno. É uma humilhação di-

ária”, diz o professor Edson Lopes, que viaja todos os dias entre Vera Cruz e a capital baiana. “A travessia poderia ser mais rápida com embarcações modernas, mas o que vemos são barcos do século passado. A gente se acostuma com a precariedade porque o Estado parece ter esquecido que existe gente vivendo do outro lado da Bahia.”

A Agerba, por meio de nota, justificou os reajustes como parte de uma atualização contratual anual, necessária para garantir a sustentabilidade econômica da operação. Não mencionou, no entanto, qualquer contrapartida em relação à modernização da frota ou à melhoria do atendimento ao público. AITS, responsável pela operação,

também não apresentou contrapartidas.

Enquanto o preço sobe, o serviço estagna. A promessa de construção da ponte Salvador-Itaparica, que poderia aliviar a dependência do ferry-boat, segue distante do papel. Para a população, resta pagar mais caro por um transporte que não acompanha a evolução do tempo.

Aumentos - E os aumentos não param por aí. Desde o início de 2025, Salvador vem acumulando reajustes em serviços essenciais. A passagem dos ônibus municipais subiu de R\$ 5,20 para R\$ 5,60, e o Elevador Lacerda, antes com tarifa simbólica de R\$ 0,15, passou a custar R\$ 1,00 — um aumento de mais de 560%. A sensação entre os usuários é de que tudo aumenta, menos o salário da população e o compromisso do poder público com a qualidade dos serviços.

Para Jéssica Almeida, atendente de farmácia que usa o ferry quase todos os dias, a conta não fecha. “Não é só a tarifa que pesa. É o tempo que perdemos, o cansaço, a frustração. A gente paga mais e continua sendo tratado como se não tivesse opção. Porque, na verdade, não tem”, reclama.

Capela Sagrada Família é interditada por risco

LIVIA VEJA
REPORTER

A constatação do agravamento das condições estruturais do telhado levou à interdição temporária, por motivos de segurança, da Capela Sagrada Família, localizada na sede da Cúria Metropolitana Bom Pastor, no bairro do Garcia. O anúncio foi feito na última sexta-feira (16) pela Arquidiocese de São Salvador da Bahia, após notificação da Defesa Civil de Salvador (Codosal).

Em nota, o padre Danilo Pinto dos Santos, capelão da igreja, explicou que a medida de interdição visa preservar a segurança de todos os fiéis e colaboradores que frequentam nossa capela. “Enquanto buscamos, com urgência, os meios adequados para viabi-

lizar a necessária reforma, todas as celebrações e atividades litúrgicas estão provisoriamente transferidas para o Centro de Pastoral da Cúria”, afirmou.

Por conta da interdição, a Arquidiocese informou que, a partir desta segunda-feira (19), as missas passarão a ocorrer no Auditório do Centro de Pastoral, nos horários habituais. Além disso, está sendo avaliada a viabilidade de acrescentar um novo horário de missa às 11h, de modo excepcional, para acomodar melhor os fiéis durante este período.

“Contamos com a compreensão e colaboração de todos neste momento, certos de que, unidos nos esforços e na oração, reuniremos as condições necessárias para restabelecer o cotidiano das

nossas atividades. Manteremos a comunidade informada sobre os próximos passos e prazos”, detalhou o sacerdote.

A reportagem solicitou à Codosal informações acerca dos riscos atuais da estrutura da igreja, além de atualização sobre quais as igrejas que permanecem interditadas por risco de desabamento em Salvador. No entanto, as informações não foram recebidas até o fechamento desta edição.

No dia 5 de fevereiro, o desabamento do forro do teto da Igreja de São Francisco de Assis, localizada no Largo do Cruzeiro de São Francisco, no Pelourinho, deixou uma pessoa morta e outras cinco feridas. A vítima fatal foi a turista Giulia Panchoni Righaetto, de 26 anos, natural de Ribeirão

Preto (SP), que visitava o local com três amigos.

Dias após o acidente, outro imóvel secular foi interditado: a Igreja Nossa Senhora de Boa Viagem, que teve suas portas fechadas no dia 13 de fevereiro, por decisão da Defesa Civil de Salvador (Codosal). Técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) realizaram duas vistorias no local, identificaram riscos na estrutura da edificação histórica, recomendando o fechamento do templo religioso construído em 1743 e tombado em 1938.

Na época, o instituto federal informou que as igrejas da Ordem Terceira do Carmo, Nossa Senhora D'Ajuda e Igreja dos Perdões, haviam recebido recomendação de interdição por parte do órgão municipal.

Encontrados vestígios de escravizados

G1 BA

Os primeiros vestígios de pessoas enterradas no cemitério de escravizados localizado no estacionamento da Pupileira, espaço de eventos no bairro de Nazaré, em Salvador, foram encontrados na sexta-feira (16). Os pequenos fragmentos são do século 19 e podem ajudar a localizar as pessoas enterradas no local.

Conforme a arqueóloga e coordenadora do projeto que investiga a área, Jeanne Dias, a equipe precisou enfrentar as chuvas, que deixaram o solo encharcado, para chegar às camadas arqueológicas do solo.

“Nosso objetivo é localizar vestígios remanescentes ósseos dos antigos escravizados e de outras pessoas que foram enterradas nessa antiga área da cidade, no antigo cemitério do Campo da Pólvora”, explica.

As escavações no cemitério começaram na última quarta-feira (14), data que marcou os 190 anos da Revolta dos Malês, que aconteceu em

Salvador, em 1835. O marco histórico é caracterizado como o maior levante de escravizados da Bahia e está diretamente ligada a descoberta do sítio arqueológico.

A localização do cemitério foi descoberta durante a pesquisa de doutorado da arquiteta e urbanista Silvana Olivieri, formada pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Na

Ossos de pessoas enterradas no cemitério de escravizados foram encontrados por arqueólogos na Pupileira

análise da pesquisadora, há a possibilidade de que os mártires da revolta dos Malês estejam no cemitério, assim como pessoas que participaram da Revolta dos Búzios e da Revolução Pernambucana, ocorridas em 1798 e 1817, respectivamente.

Ainda segundo os registros levantados pela pesquisadora, indígenas, integrantes da comunidade



Foto: Divulgação

ARQUEOLOGIA

Escavações começaram na última quarta-feira

cigana e pessoas que não tinham como custear o enterro também tiveram os corpos descartados no local. O número total de corpos na área ainda é desconhecido.

A pesquisadora arquiteta e urbanista Silvana Olivieri utilizou como fonte diversos mapas e plantas de Salvador, do século 18, para chegar até a localização do cemitério. Ela também leu artigos dos historiadores Braz do Amaral (1917) e Consuelo Pondé de Sena (1981), e um livro escrito em 1862 por Antônio Joaquim Damázio, contador da Santa Casa.

O cemitério foi

inicialmente administrado pela Câmara Municipal e, em seguida, passou a ser de responsabilidade da Santa Casa. Registros históricos apontam 150 anos de atividade até 1844, quando a instituição comprou e começou a operar o Cemitério Campo Santo, localizado no bairro da Federação.

“Os sepultamentos eram realizados em valas comuns e superficiais, geralmente em condições bastante precárias e indignas, sem nenhuma cerimônia religiosa ou rito fúnebre, nem há registro de capela”, apontou Silvana.

A descoberta foi apresentada para a Santa Casa em setembro de 2024, durante reunião com a presença do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mas não houve retorno. Em dezembro, a pesquisadora e o advogado e professor de Direito da Ufba, Samuel Vida, recorreram ao Ministério Público da Bahia (MP-BA), que intermediou a conciliação. Em março deste ano, a escavação foi liberada.

Bahia lidera tentativas de fraude via Net no Nordeste

VITOR SILVA
REPORTER

Os baianos seguem enfrentando um cenário preocupante de tentativas de fraudes. De acordo com o Indicador de Tentativas de Fraude da Serasa Experian, o Nordeste do país registrou mais de 220 mil ocorrências pelo segundo mês consecutivo em 2025. Em fevereiro, a região foi responsável por 227.367 tentativas de fraude evitadas — o equivalente a uma a cada 2,3 minutos — representando 20,3% do total nacional.

O estado da Bahia se destacou negativamente no ranking, concentrando 5,3% de todas as tentativas registradas no Brasil. Foram 59.410 ocorrências em fevereiro, uma a cada 40 segundos. O Ceará vem logo em seguida, com 41.785 casos, e Pernambuco aparece com 38.773. No extremo oposto, Sergipe teve menos de 10 mil registros, com 4.129 tentativas para cada um milhão de habitantes.

O advogado Felipe Vieira, alerta para os perigos da boa-fé no uso de tecnologias de pagamento, como o Pix, que foi a principal forma de transação adotada pelos brasileiros em 2024. “O coração da maioria das pessoas é bom, e elas agem com confiança, sem pedir comprovantes ou mesmo conferindo de forma superficial os dados na tela do celular”, afirma.

Para se proteger de golpes, Vieira recomenda atenção a detalhes e atitudes simples, mas eficazes. Sempre desconfie de pedidos de dinheiro ou vantagens fáceis enviados por redes sociais, ainda que pareçam vir de amigos ou parentes. Em casos de dúvida, o ideal é ligar para a pessoa ou encontrá-la pessoalmente. Se a solicitação for feita por vídeo, uma forma de testar se há uso de tecnologia para enganar é pedir que a pessoa balance a mão na frente do rosto, observando possíveis distorções que indicam o uso de aplicativos como o DeepFake.

No comércio, o uso de maquininhas de cartão exige cautela. O cliente deve sempre conferir o valor exibido na

tela da maquininha antes de autorizar o pagamento. “Se a tela estiver quebrada ou ilegível, a recomendação é clara: não use”, reforça Vieira.

Outra medida preventiva é estabelecer limites baixos para pagamentos por aproximação. Muitos relatos envolvem fraudes cometidas em locais movimentados, onde criminosos circulam com maquininhas ativas para captar pagamentos sem que a vítima perceba.

Em caso de suspeita de fraude eletrônica, como no Pix, o consumidor pode acionar o Mecanismo Especial de Devolução (MED). Criado para facilitar a devolução de valores em casos de golpes, o MED permite que a vítima registre a reclamação na sua instituição financeira em até 80 dias. Se o banco constatar que houve fraude, os valores na conta do recebedor são bloqueados. O caso é analisado em até sete dias e, se confirmada a irregularidade, o dinheiro pode ser devolvido à vítima em até 96 horas, parcial ou integralmente, conforme o saldo disponível na conta do fraudador.

O MED também vale para situações de falhas operacionais da própria instituição, como transações duplicadas, com devolução do valor em até 24 horas nesses casos.

Além das medidas preventivas e dos mecanismos de devolução, Vieira orienta que, caso o problema persista ou uma empresa se recuse a corrigir o erro, o consumidor deve reunir documentos como identidade com foto, nota fiscal ou contrato, laudos técnicos, registros de atendimentos e quaisquer imagens ou mensagens relacionadas ao caso, para formalizar sua reclamação.

Em nível nacional, fevereiro de 2025 registrou 1.119.316 tentativas de fraude evitadas, de acordo com a Serasa Experian — uma alta de 37,4% em comparação ao mesmo mês do ano anterior. É o segundo mês seguido com mais de um milhão de tentativas, o que equivale a uma a cada 2,2 segundos. A escalada das fraudes reforça a importância de atenção e preparo da população para se proteger de golpes cada vez mais sofisticados.



CUIDADO

É uma enxurrada de golpes por via eletrônica

LEILÃO ONLINE | CASA EM IRECÊ/BA
Participe em pestanaleiloes.com.br

Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, inscrita na JUCISRS sob nº 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A., inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de 03/06/25 (1º leilão) e 05/06/25 (2º leilão), ambas às 9h, o leilão do seguinte imóvel: LOTE 7 - Irecê/BA. Loteamento Coopirêcê. Rua Joelmar Ventura Esteves Martins, 259 (Lote 38 da Quadra V). Casa. Áreas: construída 268,73m² e terreno 360,00m². Matrícula 19.721 do 1º RI local. Obs.: Imóvel em via sem pavimentação. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes, inclusive quanto a eventual divergência de denominação de logradouro (in loco Rua Demétrio da S Dourado) que vier a ser apurada no local com a lançada em cadastro imobiliário e averbada no RI, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupado. (AF). Lance mínimo: 1º Leilão R\$ 1.004.111,24. 2º Leilão R\$ 706.478,18 (caso não seja arrematado no 1º leilão). COND. DE PCTO.: à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE: mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. OBS.: O Fiduciário possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.

Consulte cond. de Venda e Pagamento: banco.bradesco/leiloes e pestanaleiloes.com.br | 51 3535.1010 ☎